

## **O discurso político e seus atravessamentos na cobertura da imprensa paraense de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes<sup>1</sup>**

Avelina Oliveira de CASTRO<sup>2</sup>  
Faculdade Pan Amazônica (Fapan), Belém, PA  
Faculdade Paraense de Ensino (Fapen), Belém, PA

### **Resumo**

Este artigo analisa a cobertura da imprensa paraense de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes durante a CPI da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa)<sup>3</sup>. A análise observa os atravessamentos do discurso político e as relações de poder entre dois dos mais importantes jornais da Amazônia: os paraenses O Liberal e Diário do Pará. A metodologia usada é a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, cujos estudos aproximamos do jornalismo, o que nos permitiu verificar que a cobertura comumente “policialesca” desse acontecimento jornalístico acabou tendo um viés político no período e atualizou a “guerra discursiva” entre os jornais.

**Palavras-chave:** discurso; jornalismo; violência sexual; criança e adolescente.

### **Considerações Iniciais**

A história da imprensa paraense, em especial a dos jornais O Liberal (1946-atual) e Diário do Pará (1982-atual), que são objetos de nossos estudos é atravessada por relações de poder (FOUCAULT, 2012) e disputas que se expressam em uma verdadeira “guerra discursiva”, como temos demonstrado em nossa pesquisa. Ambos foram criados como jornais de campanha, vinculados a partidos políticos e alinhamentos ideológicos divergentes, o que os coloca em posições de rivalidade desde as suas fundações.

Observamos que ao longo de suas trajetórias O Liberal e Diário do Pará atualizam uma rede de memória dessa disputa de poder, que ganha as páginas dos dois jornais e, não

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista e mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente do curso de Comunicação Social nas faculdades Fapan e Fapen, e-mail: [avelinacastro@gmail.com](mailto:avelinacastro@gmail.com).

<sup>3</sup> A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) foi instaurada em dezembro de 2008 e seu relatório final apresentado à imprensa paraense em fevereiro de 2010.

raro, as capas desses periódicos. Ao teorizar sobre "jornalismo e poderes", *Ciro Marcondes Filho* (2009) fala sobre o fato de que cada jornal representa interesses diversos.

Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações, através de um complexo industrial-tecnológico que, além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como "a verdade" (MARCONDES FILHO, 2009, p.75).

Seguindo essa linha, *O Liberal*, que é o mais antigo jornal impresso em funcionamento no Pará (1946-atual), foi criado como "Órgão de comunicação do Partido Social Democrático do Pará", e atualmente está alinhado ideologicamente ao PSDB. Já o *Diário do Pará*, desde a sua criação até hoje está vinculado ao PMDB. Essas representações midiáticas de interesses político-partidários atravessam o jornalismo, que é destacado por muitos autores pelo grande poder que representam na sociedade.

Já há mais de 150 anos, em meados do século XIX, um comentarista britânico referiu-se ao jornalismo para o designar "um poder do reino, mais poderoso que qualquer um dos poderes". Então denominado como o "Quarto Poder", no início do século XXI, diversas vozes do mundo social, político e acadêmico não hesitam em considerar o jornalismo como o "primeiro poder" entre os múltiplos poderes nas sociedades contemporâneas. Quem duvida? (TRAQUINA, 2005, p. 187).

Para observar essas dinâmicas de poder, nosso levantamento arqueológico tomou como procedimento metodológico fazer um recorte histórico de um ano de cada década, a partir de 1946, ano em que foi publicada a primeira edição de *O Liberal*, o mais antigo periódico diário em funcionamento no Pará. Seguimos a partir daí até chegar em 2006. Porém, como forma de tornar o levantamento mais atual e substancial, analisamos também jornais de 2012 e 2013, pois observamos que nesses dois anos, houve um embate e uma forte disputa de poder, por meio dos discursos jornalísticos, entre *O Liberal* e o concorrente *Diário do Pará*.

Já para analisar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes durante a CPI da Pedofilia da Alepa tomamos como recorte de nosso corpus todos os 15 meses do período de vigência da comissão, de dezembro de 2008 a fevereiro de 2010, quando foi apresentado o relatório final à imprensa paraense.

Entendemos, portanto, que a discursividade possui uma espessura histórica. Nesse sentido, analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas, em cada período e contexto, uma vez que a seleção dos enunciados jornalísticos não é aleatória.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Os discursos são, portanto, construídos historicamente e atravessados por relações de poder, que constroem saberes e verdades. E para compreender melhor essa produção de sentidos, tomamos como referencial teórico principal o filósofo francês Michel Foucault e os conceitos desenvolvidos por ele, sobretudo nas obras *Arqueologia do Saber* (2005), *A Ordem do Discurso* (1996) e *Microfísica do Poder* (2012).

### **O Liberal x Diário do Pará**

O jornal *O Liberal* é um dos mais importantes da Amazônia e o mais antigo impresso diário em funcionamento no Estado do Pará. Segundo consta no Catálogo de Jornais Paroaras, publicado em 1985 pela, então, Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, o jornal *O Liberal* foi fundado em 15 de novembro de 1946 por Moura Carvalho e outros nomes para ser um órgão de propaganda dos membros do Partido Social Democrático, chefiado por Magalhães Barata. As primeiras disputas de poder se dão a ver logo nas primeiras edições do vespertino diário, inclusive na capa, destacando que o seu primeiro rival foi o jornal *Folha do Norte*, já que o *Diário do Pará* só surgiu em 1982 (Sobre a história da *Folha do Norte*, ver mais em SEIXAS, 2012).

Em sua edição de estreia na imprensa paraense, em 15 de novembro de 1946 (Figura 1), *O Liberal* já trouxe o seu primeiro ataque ao rival *Folha do Norte*, de propriedade da família de Paulo Maranhão, ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Um editorial na capa expressava o que seria a sua missão: “ser a voz para dizer diretamente dos (nossos) anseios e ideais ou repelir altivamente os ataques injustos dos que contra nós e os nossos amigos se atiram na certeza da impunidade”. Tal enunciado jornalístico era uma espécie de “alerta de contra-ataque” ao concorrente, que tecia críticas diárias em suas páginas ao então governador Magalhães Barata.

Figura 1:



Figura 1: O Liberal, 15 nov. 1946, capa.  
 Foto: Avelina Oliveira de Castro.  
 Fonte: Biblioteca Pública Artur Vianna.

No dia 19 de novembro de 1946 é publicado um texto jornalístico escrito pelo próprio Magalhães Barata, intitulado "Revide a dois canalhas", responde a uma matéria jornalística publicada no dia anterior pelo matutino Folha do Norte que criticara seu governo.

Não sou dos que por timidez ou insegurança, arrepiam caminho, ao sopro pestilencial dos 'canos de esgoto da 1º de março'... Podem, assim, o velho escriba crapuloso da 'Folha do Norte' e seu filho João, ainda mais objeto do que aquele exercer contra mim o seu ódio impotente, os achincalhes, em que são useiros e veseiros, não me desviarão do rumo traçado (O Liberal, 19 nov. 1946, p.3).

Para melhor elucidar alguns detalhes do endereçamento do referido texto é importante explicar que a sede do extinto jornal Folha do Norte funcionava na rua 1º de Março, que fica na mesma área de ruas onde funcionam até hoje pontos de prostituição no centro de Belém. Os ataques foram muitos e mútuos entre O Liberal e Folha do Norte (CASTRO, SEIXAS, 2013).

Em 1966, o jornal O Liberal passa ao comando do jornalista Romulo Maiorana, proprietário da Delta Publicidade e passa a ter como *slogan* "Vespertino Independente". O jornal integra, hoje, as Organizações Romulo Maiorana (ORM), proprietária também de

emissoras de rádio AM e FM e de televisão aberta (afiliada da Rede Globo), além de operadora de TV a cabo e portal de notícias<sup>4</sup> (DONOS DA MÍDIA, 2013).

Esses ataques entre os dois periódicos devem-se ao fato de que o a historicidade, na qual os discursos estão inseridos não é pacífica, pois os atravessamentos de poder são bélicos.

Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido (...) é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas (FOUCAULT, 2012, p. 41).

Nesse sentido, observamos que a rivalidade dos dois periódicos é marcada, ao longo de suas histórias, por vários enunciados que envolvem políticos das duas legendas partidárias (CASTRO, SEIXAS, 2013).

O Diário do Pará foi criado em 22 de agosto de 1982 (Figura 2) com o propósito de dar sustentação à carreira política do senador Jáder Barbalho (PMDB).

Figura 2:



Diário do Pará, 22 ago. 1982, capa.  
 Foto: Avelina Oliveira de Castro.  
 Fonte: Biblioteca Pública Artur Vianna.

<sup>4</sup> O portal de notícias pode ser acessado em [www.orm.com.br](http://www.orm.com.br).

O propósito de criação do jornal é explicado pelo jornalista Expedito Leal Ribeiro - que participou do primeiro time de jornalistas do periódico - em seu livro "Um jornal de campanha", publicado em 2007:

Jader Barbalho, candidato ao governo do Estado, não iria enfrentar céu de brigadeiro na sua cruzada ao Palácio "Lauro Sodré". Tinha contra si poderosos e azeitados grupos de mídia. (...). Desde fins dos anos 70, quando exercia seu segundo mandato de deputado federal, Jader lustrava o sonho de ter um jornal de sustentação ao seu projeto político (RIBEIRO, 2007, p. 7).

Atualmente, o jornal integra o grupo Rede Brasil Amazônia (RBA), que também possui uma emissora de televisão aberta (afiliada à Rede Band) e emissoras de rádio AM e FM. A rivalidade que se destacou nessa microfísica de poder midiático local foi entre O Liberal e Diário do Pará, ficando ainda mais intensa após a perda de espaço mercadológico do primeiro para o jornal do senador Jader Barbalho (PMDB).

Segundo o jornalista Lúcio Flávio Pinto<sup>5</sup>, em artigo publicado no seu Jornal Pessoal<sup>6</sup>, edição da primeira quinzena de janeiro de 2009, a perda do primeiro lugar em circulação e vendas, no Pará, por O Liberal era algo impensado há algumas décadas.

Algum tempo atrás, ninguém podia sequer pensar neste fato: *O Liberal* não ser mais o líder dos jornais. (...) Ninguém mais põe em dúvida que o *Diário do Pará*, do deputado federal Jader Barbalho, deslocou *O Liberal*, dos Maiorana, de uma liderança na qual a publicação se manteve durante três décadas, em vários momentos superando os 90% de índice de leitura. Nem mesmo *O Liberal* questiona essa nova e surpreendente situação. Ao contrário: a empresa vem recuando de posição, exposta a ficar num lugar cada vez mais distanciado do concorrente, algo inimaginável pouco tempo atrás (PINTO, 2008, p.1).

Essa queda de O Liberal da liderança no mercado paraense de jornais impressos coincide com o período em que os dois jornais começam a protagonizar uma verdadeira

---

<sup>5</sup> Graduado em Sociologia, Lúcio Flávio Pinto trabalhou para as revistas *Veja e Realidade* e foi correspondente da região para o jornal *O Estado de S. Paulo* por 17 anos. Decidiu afastar-se da grande imprensa em 1988, um ano após a criação do JP, para se dedicar, exclusivamente, ao alternativo.

<sup>6</sup> O Jornal Pessoal é considerado a mais importante publicação independente da Amazônia brasileira na atualidade e também aparece nesse cenário de disputa de poder na imprensa paraense, só que na posição contra-hegemônica (VELOSO, 2008), produzindo discursivamente em um processo de resistência ao poder da grande mídia regional, segundo a pesquisadora Socorro Veloso, cuja tese de doutoramento foi "Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)", defendida em 2008, na Universidade de São Paulo (USP).

"guerra" em suas páginas, com a publicação de enunciados jornalísticos que atualizaram uma rede de memória (GREGOLIN, 2003) com muitos ataques à honra entre os adversários.

As redes de memória, sob diferentes regimes de materialidade, possibilitam o retorno de temas e figuras do passado, os colocam insistentemente na atualidade, provocando sua emergência na memória do presente. Por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vem de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos (GREGOLIN, 2003, p. 54).

Seguindo esse fio condutor da mídia como um espaço da memória, também ressaltamos que ela é “um poderoso dispositivo produtor de identidade” (NAVARRO-BARBOSA, 2003, P. 113), pois “no discurso jornalístico, o lugar midiático articula-se também com o saber e o poder”. Por essa razão é necessário estudar o que a imprensa publica, os seus discursos, os sentidos que propõe, já que ela faz o registro do cotidiano.

### **O atravessamento do discurso político na cobertura da CPI da Pedofilia**

Os enunciados jornalísticos publicados durante o período de vigência da CPI da Pedofilia da Alepa em O Liberal e Diário do Pará dão a ver que as relações de poder político-partidárias nortearam o uso de estratégias discursivas que produziram efeitos de esquecimentos e apagamentos em relação a alguns acontecimentos.

Analisamos, aqui, portanto, as estratégias discursivas e os efeitos de sentido que foram produzidos pelos enunciados jornalísticos paraenses. Afinal, o sentido não faz apenas uma simples reprodução da realidade (BARONAS, 2003), mas está envolto em uma ampla disputa.

Nesse sentido, Jean-Jacques Courtine (2006) destaca que o projeto de uma análise dos discursos que restitua à discursividade sua espessura histórica precisa administrar a análise das representações compostas por discursos, imagens e práticas.

A transmissão da informação política, atualmente, dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa, na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável, fora de seu contexto, em que não pode mais se separar linguagem e imagem (COURTINE, 2006, p. 57).

O autor destaca, ainda, que a definição das condições de produção do discurso “age em relação às seqüências discursivas que compõem o *corpus*, funcionando como um filtro que o torna o *corpus* exaustivo e homogêneo” (COURTINE, 2006, p. 66). A partir disso, destacamos que nossa hipótese inicial, ao propor a análise dos discursos jornalísticos sobre os casos tratados pela imprensa paraense durante a CPI da Pedofilia da ALEPA, era a de que o ex-deputado Luiz Sefer<sup>7</sup> e demais “célebres” denunciados à Comissão tivessem o mesmo tratamento jornalístico “policialesco”, que especialistas (VIVARTA, 2003) apontam como uma prática comum na imprensa nacional ao tratar de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Veet Vivarta (2003, p. 112), assim como outros especialistas em direitos infanto-juvenis, ressaltam como problema o uso da polícia como principal – e até mesmo única – fonte de informação, ainda que esta nem sempre esteja explicitada no texto jornalístico. A preocupação deles é com a qualificação da cobertura de casos de violência sexual infanto-juvenil, uma vez que, “uma abordagem descuidada do jornalista geralmente resulta que a criança ou adolescente entrevistado revivencie o processo de violência pelo qual passou” (VIVARTA, 2003, p. 109-110).

Por essa razão, ao ouvir apenas à polícia e atribuir a ela o poder absoluto pelas informações na cobertura da mídia sobre o tema, o jornalista<sup>8</sup> pode acabar se somando num processo de cometimento de injustiças, como alertam os especialistas:

O comportamento e a postura ética de autoridades policiais e de profissionais da mídia estiveram sob questionamento em um episódio (...). Em março de 1994 surgiu a suspeita de que crianças teriam sido vítimas de abuso em um centro de Educação Infantil de São Paulo, a Escola Base. Na justiça, o inquérito foi arquivado. Na mídia, porém, os donos da instituição, a princípio suspeitos, foram condenados. A escola foi depredada e fechou. Cinco anos depois, os três proprietários foram indenizados pelo Estado – parte da indenização deveria ser paga pelo delegado Edécio Lemos, principal fonte do caso, que reiteradamente declarara a culpa dos donos da escola, sem que tivesse sido questionado pela imprensa sobre a veracidade do que declarava ou sobre estar atribuindo culpa aos acusados antes de seu julgamento (VIVARTA, 2003, p. 114).

---

<sup>7</sup> Em nossa pesquisa, observamos que a imprensa paraense priorizou a cobertura de casos envolvendo “célebres” da sociedade local, especialmente o caso envolvendo o ex-deputado Luiz Sefer, que dominou a cobertura da CPI da Pedofilia.

<sup>8</sup> Usamos “jornalista”, no singular, mas nos referimos não apenas aos repórteres, mas a todos os jornalistas envolvidos na produção dos enunciados jornalísticos, onde estão envolvidos também editores, redatores, repórteres fotográficos, uma vez que a produção jornalística é uma ação coletiva.



O caso citado por Vivarta é emblemático na história da mídia brasileira, já tendo suscitado vários debates na sociedade e no meio acadêmico sobre o papel da imprensa, embora para os especialistas esta seja reconhecida como instrumento estratégico no combate ao problema do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (VIVARTA, 2003, p. 109). A partir desse reconhecimento em relação à importância da mídia, destacamos que ela é apontada por Foucault (2012, p. 52-53) como produtora de “verdades”, que, por sua vez, gera efeitos regulamentados de poder:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder (...) está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); (...) é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”) (FOUCAULT, 2012, p. 52).

Podemos pensar nos meios de comunicação como um “aparelho político” produtor de verdades. Ou seja, “os enunciadores controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão” (GREGOLIN, 2003, p. 97). Essa operação toda visa construir uma unidade de sentidos, a partir de uma representação da realidade mostrada ao leitor:

Como o próprio nome parece indicar, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Nesse sentido – como construtora de imagens simbólicas – a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros (GREGOLIN, 2003, p. 97).

Em nossa análise, observamos o uso da estratégia do apagamento, a partir de deslocamentos, vazios e esquecimentos na cobertura do que chamaremos de “caso Sefer”, no qual o ex-deputado do Partido Democrata, Luiz Sefer (um aliado político da família Maiorana, proprietária de O Liberal), foi acusado de ter abusado de uma criança dos 9 aos 13 anos, que ele trouxera do município de Mocajuba para “criar”.

A primeira reportagem com a denúncia sobre a suspeita de envolvimento do ex-parlamentar do DEM em um caso de abuso sexual foi feita pelo Diário do Pará, no dia 13

de dezembro de 2008 (Figura 3). A não publicação do acontecimento jornalístico por *O Liberal* suscita uma pergunta: teria *O Liberal* pego um “furo”<sup>9</sup> do seu concorrente?

Figura 3:



Diário do Pará, 13, dez. 2008, p. A3.

Foto: Avelina Oliveira de Castro

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A resposta é que, provavelmente, não. Tanto *O Liberal* quanto o *Diário do Pará* possuem a prática jornalística de manter equipes de reportagem setorializadas na cobertura diária das duas casas parlamentares existentes na capital paraense: Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e Câmara Municipal de Belém (CMB).<sup>10</sup>

Destacamos também que na cultura profissional do jornalista existe um compromisso total com a profissão, mesmo quando há perigo de vida (TRAQUINA, 2005), pois as notícias são vistas como um “valor absoluto”, “onde por vezes meios ilícitos podem ser necessários à busca da informação” (TRAQUINA, 2005, p. 55).

Mas, para além da dedicação à busca da verdade exaltada na sua ideologia profissional, a dinâmica da concorrência leva ao encanto de outros mitos

<sup>9</sup> “Furo” é uma expressão do jargão jornalístico usada para definir a ação de publicar/exibir uma notícia em primeira mão, deixando os veículos concorrentes sem a publicação da informação.

<sup>10</sup> Essa realidade de manutenção de equipes de repórteres “setoristas” da editoria de “Política” na ALEPA e CMB foi verificada por nós, pois naquele período trabalhávamos como repórter em *O Liberal*, só que setorializada na editoria de “Policia”. A prática de manter jornalistas nos órgãos que são “centros de poder” é comum no jornalismo nacional, pois os grandes veículos de comunicação possuem equipes na cobertura diária do Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados e Senado Federal, em Brasília.

que circulam na sua cultura profissional, como o mito do *scoop* (o “furo”) e o mito da grande história (TRAQUINA, 2005, p. 55).

Pensando a partir de Traquina (2005), é possível perceber que na cultura jornalística, na atualidade, há uma corrida para obter a notícia em primeira mão, o “furo”. E nas editoriais em que há jornalistas de vários veículos setorizados na mesma cobertura, a concorrência tende a ficar ainda mais acirrada.

### **Estratégias na cobertura da CPI da Pedofilia: saberes e poderes**

No enunciado do interior do jornal, no primeiro caderno, sob a marca “Pedofilia”, abrindo a manchete principal foi publicado: “Deputado vai se manifestar na Assembleia sobre denúncias”. Em nossa análise, chamou a atenção o segundo parágrafo, que diz:

O caso tramita no Fórum de Belém sob segredo de Justiça, segundo afirmam colegas do deputado. Mas Sefer garantiu a alguns deputados que está sendo vítima de uma “armação” e que um veículo de comunicação de Belém até já lhe teria cobrado R\$ 800 mil para não divulgar o caso. Essas informações foram prestadas por Sefer ao deputado João Salame (PPS) (DIÁRIO DO PARÁ, 13 dez. 2008, p. A3).

Ao afirmar no texto da notícia que o colega de parlamento de Sefer, o ex-deputado João Salame (PPS) teria dito que “um veículo de comunicação de Belém” já teria cobrado R\$ 800 mil para não divulgar o caso, o Diário do Pará sugeriu que essa prática de “chantagem” poderia ter sido praticada pelo seu concorrente e rival O Liberal, pois como já assinalamos no primeiro capítulo, desde a criação do Diário do Pará, os dois periódicos paraenses se digladiam em uma disputa de mercado e de poder. Ou seja, o jornal da família Barbalho usou como estratégia discursiva a denúncia contra um deputado de partido opositor ao PMDB<sup>11</sup> (de Jader Barbalho) para também atingir o jornal dos Maiorana, na “guerra discursiva” pela enunciação da verdade e, conseqüentemente, pela credibilidade junto aos leitores e pela dianteira no mercado comunicacional paraense. Sobre essa briga pela “verdade”, Foucault destaca:

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade, não quero dizer “o

---

<sup>11</sup> Para efeito de esclarecimento, o cenário político paraense, à época, era o seguinte: o Estado era governado por Ana Júlia Carepa (PT), que venceu as eleições em 2006, apoiada pelo PMDB do senador Jader Barbalho, proprietário do grupo Rede Brasil Amazônia (RBA) de Comunicação, composto por emissoras de rádio, TV, portal e o jornal Diário do Pará. Já O Liberal é de propriedade da família Maiorana, afinada politicamente com o PSDB, que por sua vez era oposição ao governo petista e ao PMDB (aliado da governadora). O DEM de Luiz Sefer também se somava ao PSDB nesse bloco de oposição, no qual os dois partidos (PSDB e DEM) reproduziam no Pará a postura oposicionista que tinham em âmbito nacional ao PT de Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República na época.

conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 2012, p. 53).

Sendo assim, segundo Foucault (2005), o enunciado não é uma coisa dita de forma definitiva, que está fixada no passado, ele sofre atravessamentos, se integra em redes e estratégias, estando sujeito a modificações, segundo interesses. Nesse sentido, observamos que os enunciados jornalísticos de O Liberal e do Diário do Pará integraram operações e estratégias diferentes, servindo no primeiro para produzir apagamentos discursivos, e no segundo, para evidenciar a culpabilidade de Sefer e, em alguns momentos, foram apropriados até mesmo para atualizar a rede de memória de rivalidade entre os periódicos paraenses.

No mesmo dia em que o Diário do Pará publicou a matéria de denúncia contra Sefer, com chamada de capa e matéria no espaço nobre do periódico – o primeiro caderno, destinado à editoria de “Política” – o jornal O Liberal produziu o seu primeiro apagamento discursivo sobre o caso, não publicando nenhuma linha de texto sobre o acontecimento.

Observamos, ainda, que no enunciado do Diário do Pará não teve a voz da polícia, apenas uma referência ao fato de que o caso estava tramitando, em segredo, na Justiça. Ao longo de todo o texto, o efeito de sentido produzido é de cunho “político” e não “policialesco”. Uma das estratégias discursivas que mais corrobora para esse sentido é a de que – mesmo sendo essa a primeira matéria publicada sobre o caso na imprensa paraense – no texto não é falado sobre a vítima, quantos anos ela tem, por quanto tempo ela teria sido abusada sexualmente e em que circunstâncias o crime teria sido praticado, como ocorre nos textos publicados nos cadernos de Polícia sobre a mesma temática.

O silêncio de O Liberal não foi registrado apenas no dia 13, quando o Diário do Pará trouxe à tona a denúncia, mas ecoou durante os dois dias seguintes, sendo quebrado apenas na edição do dia 16 de dezembro, quando publicou uma reportagem sobre o caso, sem nenhum destaque na capa do periódico.

No interior do caderno, na página 9 (Figura 4), foi publicada uma reportagem com outra manchete em defesa de Sefer: “Deputado nega acusações na Assembléia”. O apoio foi reforçado também em outros dois subtítulos: “Da tribuna Luiz Afonso Sefer diz que tentam enlamear seu nome em torno de nada” e “Parlamentar ganha solidariedade de deputados de todas as bancadas”. No último, inclusive, a palavra “solidariedade” foi destacada em

vermelho, revelando uma estratégia discursiva cromática usada para atrair o olhar do leitor para a “palavra-chave” do enunciado. Somou-se a essa estratégia a legenda da foto: “Luiz Afonso Sefer: indignação contra o ‘linchamento’ moral”.

Figura 4:

## Deputado nega acusações na Assembléia



**DA TRIBUNA**  
Luiz Afonso Sefer diz que tentam enlamear seu nome “em torno de nada”

A propósito do suposto caso de pedofilia no qual é acusado, o deputado estadual Luiz Sefer abordou ontem o assunto durante sessão, na Assembleia Legislativa. Ele disse que “essa questão era para correr em sagrado da justiça, porque pode afetar de maneira irreversível a honra de uma pessoa, mas setores mal intencionados estão há meses trabalhando para enlamear meu nome em torno de nada”.

Sefer disse que decidiu falar da tribuna da Assembleia em respeito ao parlamento. Ele lembrou diversos casos de autoridades que foram “linchadas” a partir de acusações levianas e que, anos depois, foram inocentadas, apesar dos danos a sua imagem terem sido irreparáveis. Ele citou o caso do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra, acusado sem provas de enriquecimento ilícito. Dez anos depois, disse o parlamentar, comprovou-se que Alceni era inocente. O deputado também recordou o caso da Escola Base, em São Paulo, injustiçada por denúncias levianas de abuso sexual

contra crianças, um caso que se tornou nacionalmente famoso. “Dois episódios, após 12 anos, há esclarecido, os acusados inocentados e até houve reabilitação decorrente de provas em processos impetrados pelos danos morais sofridos”, observou.

Sefer informou aos seus pares que existe uma denúncia contra de seu colega, Luiz Sefer, feita por uma adolescente que mora em sua residência. Essa adolescente, disse ele, “é vítima de exclusão social, possui dificuldades de ordem psicológica, social e familiar”.

“Eu tentei ajudá-la, abrigando-a. Tentei de todas as formas ajudá-la, colocando-a em aulas de natação e em colégio, matriculada regularmente. Ela mantinha um comportamento adequado. No dia 4 de fevereiro deste ano, fui a um juiz da infância comunicar minha decisão de abrigar não da guarda dela e devê-la devolvê-la a sua família. Mandei-a para casa, meus seus familiares não a aceitaram. Depois de várias suas notas na escola, ela saiu em virtude de que a havia abandonado o colégio sem que eu soubesse e, logo seguida, tomei conhecimento da denúncia vazia e estúpida contra ela”, informou.

O parlamentar pediu o apoio dos deputados para que

o caso tenha cobertura na sua apuração, pois não pode esperar dez anos, como se eviramos Alceni Guerra, para ter sua honra restabelecida e se colar a disposição para que a denúncia seja quitada. “Não tenho que temer”, declarou Sefer, não somente um chamado para prestar esclarecimentos no âmbito do Juizado da Infância e Adolescência. Deu a entender que a própria incoerência da denúncia dificulta a materialização de qualquer procedimento, “a não ser que

Sefer”, disse o deputado. Sefer ressaltou ainda que não há nenhuma apuração ou processo de ordem criminal acerca da denúncia, salientando também que o que houve foi, não somente um chamado para prestar esclarecimentos no âmbito do Juizado da Infância e Adolescência. Deu a entender que a própria incoerência da denúncia dificulta a materialização de qualquer procedimento, “a não ser que

**Parlamentar ganha solidariedade de deputados de todas as bancadas**

Se quer apenas usar publicamente o episódio”, lembrando que qualquer criança, pedofilia ou não, pode vir a ser vítima de dano moral de toda ordem.

**SOLIDARIEDADE**

O deputado Alessandro Sincovich (PS) foi o primeiro a apoiar Sefer e expressou sua solidariedade. “Eu o conheço e sei que está a caminho da inocência. Sei do seu caráter e quero apenas saber positivamente que isso é um absurdo”, afirmou.

O deputado Inácio Pinheiro (PTB), em nome da bancada de seu partido, disse que conhece a formação religiosa e familiar do deputado do DEM. “Sefer aqui para expressar minha solidariedade, pois o conhecido e sabemos que essa denúncia não tem o menor cabimento”, disse.

O deputado Parafá Fontes (PMDB) destacou o fato de a denúncia ter repercução negativa entre da apuração pelo fato de se tratar de um parlamentar. Ele criticou o vazamento da denúncia “em respeito a imagem de uma

menor”. Diante da exposição, Parafá elogiou a atitude de Sefer em expor o problema publicamente e se disse satisfeito com o procedimento.

Marcio Miranda, em nome do DEM, disse que o procedimento foi esclarecedor. “Se espero que a justiça seja tão rápida quanto a imprensa para levar a sua honra”, afirmou. O deputado Gabriel Carreiro (P) afirmou que é uma “parfiteira” que é foto para desmoralizar quem tenha algum posto de relevância. “Nossa Constituição está sendo vítima por ser um homem público e tem a minha solidariedade”, afirmou.

Sefer teve ainda a solidariedade do deputado José Magalhães, em nome da bancada do PSB. “Soua coreção da sua inocência, porque o conhecido e a sua família”, disse Sefer.

Luiz Cunha (PT), que também se disse vítima de acusações levianas, demonstrou solidariedade ao deputado do DEM, assim como os deputados Carlos Boudado (PT) e Manoel Pinheiro (PSB), que também expressaram sua solidariedade a Luiz Sefer.

O Liberal, 16, dez. 2008, p. 9.

Fonte: [www.orm.com.br](http://www.orm.com.br)

O texto jornalístico iniciou fazendo referência ao lapso de tempo e vazio discursivo produzido pelo jornal, que silenciou por dois dias a denúncia contra Sefer. Observamos isso na afirmação feita logo na primeira linha do *lead*: “A propósito do suposto caso de pedofilia no qual é acusado, o deputado estadual Luiz Sefer abordou ontem o assunto durante a sessão”. O termo “a propósito” remete a uma enunciação anterior que, no caso, foi feita pelo Diário do Pará.

Notamos também que o enunciado jornalístico usa os termos “suposto” e “acusado”, produzindo um sentido de cautela, ao lançar dúvidas sobre a autoria do parlamentar em relação às acusações. Já no segundo e extenso parágrafo, a voz do parlamentar fez referência a dois casos de injustiças produzidos pela imprensa: o caso do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra e o caso Escola Base, o último já referido aqui:

Sefer disse que decidiu falar da tribuna da Assembleia em respeito ao parlamento. Ele lembrou diversos casos de autoridades que foram “linchadas” a partir de acusações levianas e que, anos depois, foram inocentadas, apesar dos danos a sua imagem terem sido irreparáveis. Ele citou o caso do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra, acusado sem provas de enriquecimento ilícito. Dez anos depois, disse o parlamentar, comprovou-se que Alceni era inocente. O deputado também recordou o caso Escola Base, em São Paulo, injustiçada por denúncias levianas de abuso sexual contra crianças, um caso que se tornou nacionalmente

famoso. “Este episódio, após 12 anos, foi esclarecido, os acusados inocentados e até hoje recebem indenização decorrente de vitórias em processos impetrados pelos danos morais sofridos”, observou (O LIBERAL, 16 dez. 2008, p. 9).

Em relação a esse enunciado, destacamos que especialistas relatam mudanças comportamentais em vítimas de abuso sexual. Mesmo quando é reconhecida a crueldade no “abuso”, praticado por meio de violência física (em função da visibilidade de cortes, fraturas, hematomas), a ênfase das conseqüências desse crime recaem nas “fraturas emocionais” (MÉLLO, 2006, p. 175), que “afetam o desenvolvimento das vítimas, pois as conseqüências do abuso sexual são muitas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)”. Entre elas, estão: dificuldades na escola, abuso de drogas e infrações.

### **Considerações finais**

Ao compararmos os enunciados de O Liberal e do Diário do Pará observamos o uso de estratégias discursivas e jornalísticas que produziram efeitos de sentido antagônicos durante a CPI da pedofilia, em especial ao “caso Sefer”. Enquanto O Liberal silenciou, produziu apagamentos discursivos e criou sentidos de defesa e apoio a seu aliado político, o concorrente Diário do Pará produziu discursivamente um efeito de sentido contrário, de culpabilidade do adversário político. O acontecimento foi usado, inclusive, para atualizar uma rede de memória de disputa de poder entre os dois principais periódicos da imprensa paraense.

Além disso, o tratamento jornalístico “policialesco”, comumente usado pela imprensa em todo o país – e apontado por especialistas – na cobertura de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, não foi verificado na cobertura local da CPI da Pedofilia. Tal verificação nos levou a perceber que esse tratamento “policialesco” não é algo inerente à temática, mas é determinado por condições de produção e por “relações de poder” (FOUCAULT, 2012), que fazem com que os enunciados de “célebres” e “infames” sejam construídos de acordo com os interesses dos enunciadorees, dos *media*.

### **REFERÊNCIAS**

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

CASTRO, Avelina Oliveira de; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto, MG.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública.** São Carlos: Claraluz, 2006.

DONOS DA MÍDIA. Disponível em: <[www.donosdamidia.com.br](http://www.donosdamidia.com.br)>. Acesso em: 01 ago. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.); BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido.** São Carlos: Claraluz, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria.** São Paulo: Paulus, 2009.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. **A construção da noção de abuso sexual infantil.** Belém: EDUFPA, 2006.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente.** In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003, p. 111-124.

PARÁ. Assembleia Legislativa. **Comissão parlamentar de inquérito: que apurou práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará.** Belém: [s. n.], 2010.

PINTO, Lúcio Flávio. **Jornal Pessoal: a agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto.** Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=603>>. Acessado em: 20/04/2013, às 22h30.

\_\_\_\_\_. **Observatório da Imprensa: você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito.** Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed760\\_os\\_jornais\\_fraudados](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed760_os_jornais_fraudados). Acesso em: 18, dez. 2013.

RIBEIRO, Expedito Leal. **Um jornal de campanha.** Campinas: Komedi, 2007.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **A trajetória da imprensa no Pará.** Projeto de pesquisa CNPq, Edital MCT/CNPq N° 14/2012 - Universal - Faixa A. Belém: UFPA, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.

VELOSO, Maria do Socorro F. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007).** 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIVARTA, Veet. (Coord.). **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes.** São Paulo: Cortez, 2003. (Série Mídia e Mobilização Social). Vol. 5.